

Proposta prevê título para quem conservar áreas de proteção

Bônus verde visa estimular a preservação de matas e áreas de manancial

Cláudia Marques
de São Paulo

Um verde com função mais ecológica que paisagística. Essa é a meta das diretrizes da proposta de plano diretor elaborado pela prefeitura paulistana. Para a titular da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Sema), Stela Goldenstein, o maior desafio do plano está no uso correto do solo — incluindo a preservação do cinturão verde, que em sua maior parte está no extremo sul da cidade ou fora dela.

Pelo novo plano a formação de núcleos urbanizados e edificações estarão condicionadas a necessidade de preservar reservas e parques florestais, áreas de proteção ambiental (APAs) e áreas de mananciais. Para evitar o desaparecimento dessas reservas, o plano propõe uma valorização das áreas de vegetação e de mananciais, criando uma bonificação para proprietários de terras localizadas nas áreas a Macrozona de Preservação Ambiental. Segundo o secretário de Planejamento Jorge Wilhelm, o certificado funcionaria como títulos — papéis com potencial

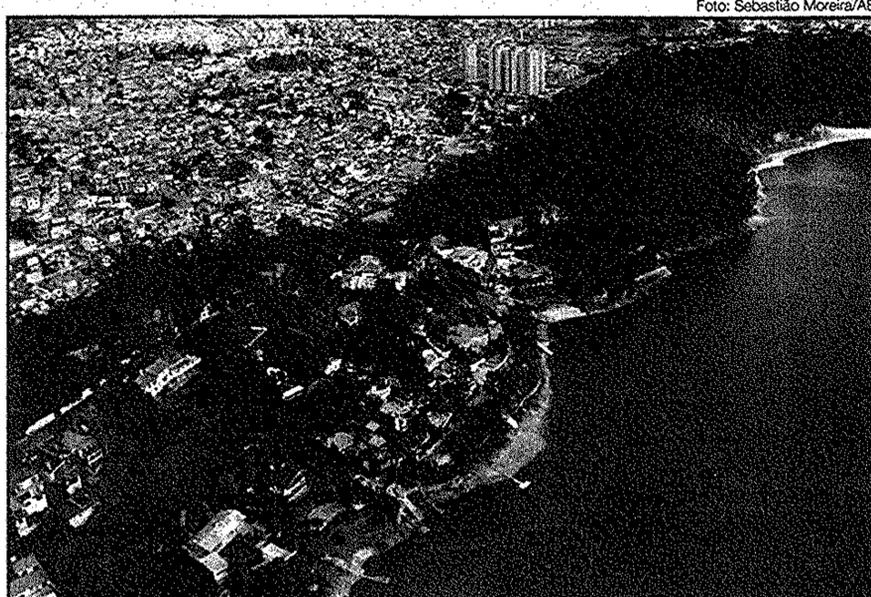


Foto: Sebastião Moreira/AE

■ Loteamento clandestino às margens da represa Guarapiranga: invasão das áreas de mananciais é um dos problemas mais graves da cidade

construtivo para aplicação na Macrozona de Estruturação Urbana —, que serão negociáveis no mercado. “O bônus será um incentivo que será valorizado, anualmente, a medida em que o proprietário cumpra as metas de preservação e manutenção do terreno.” explica.

“Isso não descarta a possibilidade de uso, pois já foi provado que a inatividade incentiva o

desmatamento e a ocupação ilegal”, afirma Regina Barros, diretora da divisão de licenciamento ambiental da Sema.

Outros desafios

A Sema tem como meta a criação de 12 parques até 2010, além de incentivar a arborização em toda a cidade, também com a ajuda do empresariado. “Incutir a importância ecológi-

ca nas políticas setoriais talvez seja a missão mais nobre nas discussões sobre o plano diretor entre os setores público e privado”, diz a secretária. “Tivemos a preocupação de tratar dos problemas ecológicos em áreas de atuação de outras secretarias, mas nós também temos pontos seriíssimos a resolver”.

O plano ambiental prevê leis e mecanismos para combater a poluição dos mananciais; intensificar a fiscalização e melhorar a qualidade da água e do tratamento de esgoto; evitar a contaminação do solo, seja por ocupação irregular, seja por poluentes industriais; e reduzir a superprodução de resíduos sólidos.

Para Stela, o bônus, a recuperação das margens dos rios e córregos e a transferência do potencial imobiliário com consequente revitalização do centro, são medidas fundamentais para a implementação de outras propostas ligadas a sustentação econômica da produção de água na Guarapiranga e na porção sul da Billings, por exemplo.

Em relação a esses reservatórios, o plano ainda propõe mecanismos para diminuir a vulnerabilidade de contaminação da água potável por infiltração de resíduos, garantir a canalização e a fiscalização do tratamento de esgoto principalmente nos assentamentos situados nas áreas de proteção, e reduzir a poluição que chega aos corpos d'água.

Para o ambientalista Mário Mantovani, por melhor que sejam as propostas do plano, o bom resultado destas medidas dependem da cooperação das cidades vizinhas que formam a bacia hidrográfica do sistema Tietê. “Isto só reforça a urgência em se implementar a lei que reconhece a Região Metropolitana de São Paulo” afirma. “Uma realidade física, mas não jurídica, que depende da iniciativa do governo do Estado”, diz Francisco Neves da Silva, assessor técnico da Sema.

“A solução para o excedente de resíduos sólidos envolve a municipalização do setor entre outras medidas”, diz Stela Goldenstein, sobre um dos mais graves problemas da capital. A secretária explica que o lixo tem que ser abordado com todas as opções existentes: coleta seletiva, ampliação das potencialidades dos aterros, incineração, reutilização e mais que tudo redução da produção do volume de lixo.

Para João Fusaro, técnico da Cetesb, a população precisa saber o quanto custa o lixo para a cidade e para o ambiente. “Em muitos países a tarifa do lixo é uma realidade faz tempo”, diz Fusaro.

A secretária concorda, mas explica que para a implementação desta proposta para o resíduo, é preciso criar uma lei federal que regulamente a tarifa do lixo. “Precisamos também do empenho do setor de embalagens, da população e do próprio setor público”, explica.

“Quem trabalha com questões ecológicas sabe que as mudanças voluntárias são lentas, por isso a necessidade de leis e sanções”, afirma a coordenadora da ONG Instituto Sócio Ambiental de São Paulo, Marússia Whately. Para Stela Goldenstein, mais que boa vontade, é preciso saber o quanto a sociedade está de fato comprometida com a ideia de resolver essas questões. ■